

Documentação histórica e literatura

Uma *Republica de Leitores* reproduz a dissertação de mestrado de Joaci Pereira Furtado, defendida em 1994, no Departamento de História da USP, posteriormente premiada com o prêmio Moinho Santista e indicada para o Jabuti. Trata-se de um estudo inteligente, de rara elegância na prosa historiográfica recente, a respeito da recepção crítica das *Cartas Chilenas* no período compreendido entre 1845, ano de sua 1ª edição, ainda com apenas 7 das 13 cartas que hoje constituem seu conjunto conhecido, e 1989, quando se comemorou o bicentenário da Inconfidência Mineira. Como se sabe, as *Cartas* apresen-

tam-se como sendo escritas por “Critilo”, de Santiago do Chile, a “Doroteu”, na Espanha, a propósito do mau governo de um déspota local, o “Fanfarrão Minésio”. Contudo, não há nesse procedimento propriamente um disfarce, mas uma adequação ao gênero epistolar satírico: está evidente, no interior do texto, que seus interlocutores comentam sucessos passados em Vila Rica, sede da Capitania de Minas Gerais, durante os anos 1873-88, quando Luís da Cunha Pacheco e Meneses estava à frente do governo.

Seja como for, uma série de questões textuais permanecem mais ou menos indecifradas, como por exemplo a do número das *Cartas*, de que se

(a propósito
das *Cartas Chilenas*)

ALCIR PÉCORA

ALCIR PÉCORA
é professor de Literatura
na Unicamp e autor de
Teatro do Sacramento
(Edusp/Ed. da Unicamp).

*Uma República de
Leitores*, de Joaci Pereira
Furtado, São Paulo,
Hucitec, 1997.

conhecem cinco manuscritos apócrifos e em apenas um deles constam as 13 cartas publicadas, e ainda assim com a 7ª e a 13ª incompletas. Também não está inteiramente determinada a seqüência das *Cartas*, nem a de alguns de seus versos dentro delas, assim como tampouco está assente o período em que foram escritas: há posições favoráveis a um momento concomitante ao governo de Meneses, e outras a um momento imediatamente posterior ou bem posterior a ele. De modo geral, a tendência hoje é considerar-se as marcas limites de 1786-89, e, especificamente, o período compreendido entre o casamento do infante D. João, anunciado nelas, e a prisão dos inconfidentes. E se a questão da autoria das *Cartas*, que ocupou grande espaço nas discussões de seus estudiosos pelo menos até a década de 1940, parece estar satisfatoriamente decidida a favor de Gonzaga, a verdade é que ainda hoje pouco se sabe sobre a circulação e recepção delas na própria Vila Rica.



O poeta Tomás Antônio Gonzaga

OS PERÍODOS DA RECEPÇÃO CRÍTICA

Em termos mais gerais, como mostra Joaci, as *Cartas*, ao longo do tempo, são estudadas através de duas referências fundamentais: de um lado, a biografia de seu presumido autor; de outro, os acontecimentos que levaram à Conjuração Mineira. Essa fortuna crítica poderia ainda, segundo Joaci, ser distribuída em três períodos básicos. O primeiro iria de 1845 a 1880 e faria parte basicamente de uma crítica ou historiografia romântica, em que o escopo básico das leituras seria a afirmação da nacionalidade, e, portanto, o rastreamento do papel das *Cartas* na gestação da conjura ou da consciência nacional em oposição à metrópole lusitana. Um segundo período seria delimitado entre 1880 e 1950, em que predominam leituras positivistas, cuja preocupação dominante é determinar o conjunto objetivo de acontecimentos da história nacional que seriam traduzidos pelas *Cartas*, tomadas aqui, pois, como um reflexo preciso do real; nesta fase, o nome fundamental a ser considerado é o de Silvio Romero. Um terceiro período se configuraria de 1950 aos dias de hoje, tendo como características básicas a admissão da especificidade do texto poético; as restrições à isenção de “Critilo”, que falaria do lugar particular ocupado por sua classe no universo colonial; as diferenças de suas idéias em relação ao Iluminismo francês, caracterizadas agora de maneira mais conservadora, assim como todo o processo da Inconfidência, que passa a revelar-se menos revolucionário do que pretenderia a historiografia brasileira tradicional.

Entre os dois primeiros períodos, Joaci tende a acentuar a permanência de alguns elementos fundamentais, sendo o mais importante deles o propósito de empreender a leitura das *Cartas* com o estatuto de “documento”, vale dizer, de registro de fatos realmente ocorridos na Vila Rica da época. A maneira engenhosa como nomeia os capítulos dedicados a um e outro bloco apon-

ta exatamente para esta semelhança essencial que reconhece neles: “Retrato”, o primeiro – que é, de fato, emblematicamente realizado na pintura de Gonzaga executada por João Maximiano Mafra, em 1843 –, e “Espelho”, o segundo, metáfora muito própria para uma época historiográfica que se pretendia neutramente científica. Em qualquer dos casos, o texto é interpretado como reprodução fiel de acontecimentos que se supõem ter sido testemunhados pelo seu autor. Desse aspecto comum decisivo, Joaci faz decorrer ainda outros que aproximam os dois primeiros períodos da fortuna crítica das *Cartas*, como é o caso da interpretação restrita delas em termos de denúncia de irregularidades do governo de Meneses, ou o da suposição de que o que nelas se escreve corresponde à fala do conjunto homogêneo da sociedade mineira da época, ou ainda o de que o conteúdo das *Cartas* equivale à semente nacional inscrita no sentimento comum dos moradores de Vila Rica. Esta semelhança de perspectiva guardada entre o retrato romântico e o espelho positivista, entre o gênio postulado pelo primeiro e a natureza descoberta pelo segundo, desdobra-se também em outra similaridade: em ambos, crê-se estar diante de um texto essencialmente subversivo, seja como detonador da reação antilusitana, seja como sinal da autenticidade rácica, doravante inconfundível, manifestando-se nos sucessos da Inconfidência.

A cada um desses aspectos comuns, Joaci faz corresponder determinadas rupturas anunciadas na melhor crítica posterior aos anos 50. Assim, inicialmente, à compreensão do texto como simples registro, contrapõe-se, a partir de uma sugestão de Antonio Candido (regiamente paga, aliás, com uma copiosa nota que reproduz as “etapas” que este postula para a sua própria trajetória teórica), contrapõe-se, eu dizia, a afirmação de uma “função pedagógica” existente no libelo, de resto, prevista nas retóricas neoclássicas, em que, nos seus próprios termos, o “deleite” subordina-se ao “mover” e ao “ensinar”. Depois, à leitura das *Cartas* restritivamente aos atos desabonadores da gestão de Cunha Meneses

opõe-se a idéia de que elas trazem reflexões gerais sobre os conceitos de “justiça” e de “bom governo”, que não se esgotam, pois, naquelas circunstâncias. No tocante à sua interpretação como protesto do conjunto da sociedade mineira contra o luso despótico, a boa crítica posterior a 50 vai opor a idéia de que o autor das *Cartas* apenas pode falar por uma classe específica no interior da hierarquia colonial, a dos senhores locais, que não se vê adequadamente distinguida nos gestos do capitão-general, cujo governo militarista e voluntarioso ostentava simpatia por negros, mulatos, e ainda mais por mulatinhas, mas apenas desdém pelos grandes do lugar. E, enfim, quanto à percepção tradicional das *Cartas* como texto subversivo segue-se, na crítica mais recente, a sua caracterização, no melhor dos casos, como exemplo de crítica reformista do Estado absolutista, que no entanto fornece irreversivelmente o seu horizonte. Trata-se, no libelo, de promover a defesa das leis do reino, sem qualquer alteração do sistema de subordinação à metrópole, o que se traduz pela reivindicação de uma aplicação justa de tributos; de exigência de equilíbrio nos gastos públicos, sem abandono da assistência social; de esforço de conciliação entre a origem familiar e o mérito próprio ao exercício dos cargos públicos, etc. Assim, longe de possuir um propósito revolucionário, as *Cartas* formulariam queixas assentadas no desarranjo da composição política do governo da Capitania com a elite local. Esta, por sua vez, passa a ser identificada menos pela adesão progressista às Luzes, do que pelo apego aos pressupostos teológicos ainda vigentes na crítica ao governo do Fanfarrão Minésio (a esse respeito, Ronald Polito é o estudioso a formular mais claramente a “persistência” dessas idéias no autor). Pois bem, no limite dessa posição da crítica mais recente, postula-se que a ligação das *Cartas* com a Inconfidência é superficial, senão arbitrária, e produzida *a posteriori* tanto pela crítica e historiografia romântica, quanto pela positivista, em busca de caracteres heróicos ou patronos cívicos para a nação – empresa posteriormente

requentada, segundo seus próprios modelos úteis de virtude, pelo Estado Novo e pela ditadura militar.

A QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA DA FONTE LITERÁRIA

Todos estes pontos estão especificados no exame que faz Joaci dos vários estudos das *Cartas*, mas prefiro aqui ater-me à discussão da questão epistemológica suscitada pelo trajeto analítico que detecta neles, a qual descreve também, parece-me, a sua preocupação central de historiador desconfiado das categorias historiográficas que entendem a “realidade” como dotação de uma segura “exterioridade”, e em que “fatos” e “valores” guardam uma “dualidade” intransponível. Resumidamente, pois, a questão põe-se da seguinte forma: a crítica tradicional das *Cartas* postula como fundamental o seu estatuto de documentação histórica, isto é, supõe nos versos um espelhamento não problemático de seu contexto e tende a anular assim a sua especificidade enquanto texto poético. O avanço captado por Joaci na crítica dos anos 50 para cá consistiria em perceber que as *Cartas* produzem uma “transfiguração do real” e não uma reprodução objetiva dele. “Reprodução objetiva” que, no caso da crítica e da historiografia romântica e positivista, significava encontrar nos versos os documentos de sua identificação com a personalidade de seu autor (exemplarmente, com o seu “caráter heróico” ou a sua “índole revolucionária”), e com as circunstâncias históricas deles (em especial, as relativas à Conjuração). Juntados os dois aspectos, as *Cartas* terminavam por ser entendidas como uma espécie de “estopim” do movimento inconfidente ou “prenúncio da nacionalidade em formação” – como aliás, bem depois dos anos 50, Affonso Ávila, por exemplo, ainda persiste em afirmar. Tal visão da sátira não está muito distante da de Sud Mennucci que, em 1942, reconhecia uma “estranha, singular e

edificante coincidência” entre os sucessos nelas relatados e os depoimentos de Tiradentes, estendendo assim ao seu autor uma heroicidade que oficialmente se construía para o Tiradentes, “mártir da Inconfidência”. No mesmo calvário de Libertação da pátria, não perderia ocasião de rezar o modernista Oswald de Andrade que, em 1945, identificava as *Cartas* com uma “revolta política” em que a “nacionalidade exige a sua independência”, e com uma “primeira consciência autonomista” lançada pelos “mártires de Minas Gerais”.

Já na perspectiva mais recente, adepta da idéia enunciada como “transfiguração do real”, as *Cartas* são despojadas de sua verdade objetiva, para tornar-se visão particular de mundo. A dimensão pessoal antes resolvida com o apelo ao caráter heróico deve agora medir-se pela consistência psicológica subjacente a dados biográficos nem sempre objetivos. O autor da sátira vai ganhar atributo de “ressentido” e de “gênio forte”, “bastante suscetível e cômico de seu valor” (como vai julgá-lo Antonio Candido), ou de “justo indignado” (como vão concluir as “aproximações psicológicas” tentadas pelo crítico português, João de Castro Osório, muito valorizado por Joaci). Quanto à dimensão histórica implicada nas *Cartas*, passa a incluir um posicionamento estamental conservador na associação antes suposta como homogeneamente contestatória. Assim, vai-se tocar em seu aspecto de “ressentimento de classe” (Sergio Buarque) e também de indignação, sim, mas nascida do zelo das prerrogativas da nobreza letrada, contrafeita com as ascensões plebéias promovidas pelo capitão-general.

Em suma, as *Cartas* sofrem um duplo crivo relativista, de natureza tanto subjetivista quanto classista, que faz com que elas ganhem um aspecto mais acentuado de programa partidário-pedagógico, em detrimento de sua caracterização como documento revolucionário-nativista. Tal mudança é vista, por Joaci, como índice de progresso intelectual na interlocução das *Cartas*, e, ainda mais, quando se especifica uma decorrência que lhe parece fundamental: nos novos estudos, admite-se a menor

subordinação dos seus versos aos supostos fatos, e, desse modo, a maior liberdade significativa de seus próprios signos poéticos. Nesse caso, o mau governante “Minésio” ou desconcertos do reino do “Chile” entendem-se como alegorias ou figuras verbais não necessariamente restritas à denotação de Meneses e Vila Rica.

Irreversibilidade factual do texto literário

Assim balizado o problema, e estabelecida a finura das preocupações historiográficas presentes em *Uma Republica de Leitores*, bem poderia dar por encerrada esta resenha. Mas não resisto a propor aqui algumas considerações azedas que, em boa medida, atenuariam a impressão de otimismo deixada pelo livro. E a primeira delas é a seguinte: o que significa considerar o estatuto irrevogável de texto literário em face de outras fontes historiográficas? A resposta que poderia dar a melhor fortuna crítica reordenada por Joaci é: ao menos, impedir que seja lido como documento objetivo e produzir a consciência de que se constitui como uma visão particular, perspectivada segundo o sujeito e o lugar de classe ocupado pelo autor. Ocorre que isso ainda está longe de significar uma descrição forte do âmbito poético dos versos: eles apenas psicologizam-se e ideologizam-se – o que, francamente, nessa altura animada dos debates em teoria literária, não parece grande vantagem ou menos anacronismo em relação ao entusiasmo pela nacionalidade. Mas admito, por outro lado, que isso seja um primeiro passo epistemológico importante a ser considerado aqui: à concepção positivista da linguagem como veículo neutro de representação factual responde-se com a evidência de sua mescla de condicionalismos subjetivos e materiais. Nesse caso, contudo, entre eles, há que se considerar necessariamente os condicionalismos da própria tradição letrada e prática variada em que se insere o

texto produzido. Ou seja, cabe reconhecer que os seus sentidos não podem ser adequadamente percebidos sem que se examinem os procedimentos discursivos previstos pela estrita convenção que os produzem: procedimentos que são próprios de seu “gênero”, e que, historicamente, desenvolvem formas “mistas” peculiares.

Ademais, reconhecer que as *Cartas* têm este estatuto irreversível de signo, figura ou convenção, e que não lhes basta a referência a uma subjetividade particular ou a um modo de produção, localiza-as num domínio que depende dos meios de persuasão dispostos pelo próprio texto, e que são mais ou menos eficazes segundo diferentes circunstâncias de pessoa, tempo, modo, lugar, etc. Aqui, radicalizar a dimensão “literária” significa, pois, sobretudo, não admitir chaves de interpretação que dispensem o exame do emprego persuasivo da convenção que baliza a criação dos versos. Em termos mais claros: considerar o domínio poético das *Cartas*, e não o exclusivo registro documental, passa necessariamente por descobrir a sua dimensão retórica, vale dizer, aquilo que elas significam enquanto operação de recursos de gênero historicamente disponíveis.

Se aplicarmos este raciocínio aos estudos levantados por Joaci, temos que admitir que estamos num ponto ainda bastante aquém de uma ruptura mais aguda com a perspectiva tradicional de exame das *Cartas*. Para que chegássemos a concretizá-la, seria preciso que os novos trabalhos, mesmo os produzidos no âmbito da historiografia, tivessem uma compreensão básica da estrutura poética como ajuste de convenções a efeitos de sentido e convicção particulares. Nessa perspectiva, a primeira exigência interpretativa a fazer-se aqui seria um estudo do gênero epistolar satírico posto em jogo nas *Cartas Chilenas*. E ocorre que, no longo rol de textos alinhados por Joaci, apenas um ou outro detém-se um pouco mais na relação particular entre os efeitos persuasivos e os recursos genéricos da sátira –, como é o caso de um estudo, de 1980, realizado pelo português João de Oliveira Lopes, que descre-

ve certas estratégias discursivas mobilizadas nas *Cartas*, como o uso da primeira pessoa de modo a obter efeitos de “depoimento”; o recurso da interpelação do interlocutor, que possibilita diferentes qualidades afetivas no tratamento das personagens ou na dramaticidade da narração; ou ainda o emprego do tempo presente como meio de ultrapassar o âmbito de Vila Rica ou da diátribe pessoal, e constituir um comentário jurídico e moral mais amplo.

Observações desse tipo, que procuram descrever a aplicação de recursos retóricos disponibilizados pelos gêneros, suas tópicas e lugares, são fundamentais para radicalizarmos a ruptura com o realismo documentalista que Joaci estava interessado em valorizar. Ou seja, uma ruptura em que o texto literário não apenas resiste ao real suposto, e não quer falar de uma realidade objetiva, única e total, mas tampouco quer falar de uma parte subjetiva ou ideológica dela. Simplesmente, neste ponto de nossa discussão (que sequer é nova em matéria de teoria do conhecimento), já não cabe falar em realidade, mas em efeito de realidade. A “verdade objetiva”, cada vez mais, é só a que emerge como resultado de um enunciado persuasivo sobre o qual estamos de acordo. Vale dizer: o real de que podemos falar é tão somente a nossa ilusão compartilhada dos efeitos dos versos. Pretender mais certeza ou substância do que isso, hoje, é apenas desejo de ser iludido sozinho.

Irreversibilidade factual do texto não-literário

Mas chegados a este ponto, ainda precisamos dar um segundo passo além da perspectiva historiográfica tradicional. Se o primeiro retirou o texto poético do estatuto de documento, este segundo, igualmente decisivo, deve retirar o documento não-literário de seu estatuto não-criativo ou não-convencional, que aqui significa o mesmo: recusar a “exterioridade” do “fato”. E se a

literatura traduz bem, e com certa facilidade, a idéia de um sistema convencional e de uma criação radical, de um “fictício”, o caso é que, de modo algum, o documento não-literário está incólume à suspeita de criação ou fábrica de fictício. Se o sentido do real, em literatura, é o efeito de sentido de realidade que ela cria, o passo seguinte a dar – que tampouco constitui alguma novidade epistemológica – é reconhecer que mesmo o documento não-literário não refere uma verdade objetiva, indiferente ou estranha àquela permeada por seus efeitos de sentido, sempre obtidos mediante a aplicação adequada das convenções práticas e datadas que os regem. Um documento não-literário, assim, não deverá ser considerado senão como peça de um outro gênero de mobilização retórica em busca de acordos sobre o que julgamos ser real. Uma ata da Câmara ou um despacho real, nesse caso, não têm em relação ao texto “literário” senão uma diferença de gênero – claro, com toda a distância que isso implique, isto é, com consciência da grandeza muito diversa de seus recursos de linguagem, suas matrizes letradas, suas estratégias de avaliação de mérito, seus âmbitos de vigência ou condições de *performance*.

Desse ponto de vista, é absurdo crer que sejam mais reais ou historicamente mais fiéis – vale dizer, mais capazes de determinar um tempo preciso – um documento de chancelaria ou um decreto institucional do que um sermão ou uma sátira. Uns e outros são completamente diferentes, sim – felizmente! –, na variedade dos recursos, nas tópicas da invenção, nas figuras da elocução, nas partes necessárias da disposição, enfim, nas execuções de suas formas consagradas pela tradição movente, mas *não* no seu estatuto de criação. Isto é, não no seu estatuto de *constructo*, de *artificio* regulado por um sistema convencional de leis ou práticas. Aliás, aqui, sejamos desabridamente nominalistas: esta história de artificios e metáforas é toda a história que podemos conhecer.

O texto poético e o documento histórico, dessa perspectiva, estão irreversivelmente ligados: estão condenados à criação

de efeitos que não são “o real”, mas que podem significar “o real que estamos dispostos a admitir neste tempo” porque pareceram verossímeis ou válidos para nós. Em termos práticos, para a discussão epistemológica que está em jogo aqui, o que queremos dizer é que, se o texto literário não é reflexo do real, tampouco o texto não-literário o é: a “realidade” aqui é apenas o nome eloqüente ou persuasivo que temos para os efeitos complexos, mas de validade datada, do conjunto dessas criações. Sejam textos poéticos ou supostas fontes históricas, não há por que contarmos com uma aproximação milagrosa, através deles, de um Ser que é a realidade fixa ou objetiva fora de nós. A “realidade” de que podemos falar é tão-somente a que compomos junto conosco, como *verossimil*, mais durável ou perecível, a cada vez, segundo o conjunto de provas que dispomos e divulgamos com mais ou menos consistência argumentativa, a distintos auditórios.

A reversibilidade documental dos textos, afinal

Pois bem, mas se o primeiro passo além do positivismo historiográfico promove o irredutível do texto em face do contexto, e o segundo passo refere a irredutibilidade do próprio contexto a algo fora dos textos ou dos *constructos* históricos, há ainda um terceiro passo epistemológico a apontar-se aqui, se quisermos que à idéia de texto ou de *constructo* não corresponda uma indeterminação radical, que seja menos uma criação humana do que a emanação de uma deidade absolutamente livre, que nada tenha a ver com o tempo ou a morte. Se, para acabarmos com a má leitura historiográfica da “literatura”, exigimos que se conhecesse o poder de criação de seus procedimentos genéricos; e se, para acabarmos com a onipotência objetiva do documento, exigimos que este mesmo fosse reconhecido como texto e, portanto, como um gênero de “literatura”; – a questão, agora, é que o

projeto de ruptura com o positivismo não se completará com o isolamento ou a retirada da literatura dos seus termos históricos. Ao nosso assumido nominalismo, precisamos acrescer um firme historicismo, pois tais termos são tão imprescindíveis à literatura quanto seus gêneros, seus conjuntos tradicionais – logo, historicamente demarcados –, de geração criativa de efeitos de convicção.

Assim, ler bem os efeitos propiciados por determinado gênero letrado implica apreender as marcas temporais desses efeitos, que não são permanentes ou de mesma qualidade. Para dizê-lo de outro modo: os verossímeis textuais são sempre particularidades ou produtos temporais, cuja rede de recursos ou cuja amplitude virtual de adesão, por maior que seja, não alcança jamais transcendência. E o caso é que isso já não é signo de nenhuma tragédia contemporânea. Não ganhamos muita coisa se, para combater o realismo substancialista tradicional, vamos ficar repetindo pateticamente a lição romântica de que a literatura é misteriosa, opaca e, enfim, guarda uma essência indecifrável, que resiste à efetiva destruição (como à efetiva construção) na história.

Desse ponto de vista, feitas as três passagens aqui discutidas, se é adequado di-

zermos que não se pode ler literatura convenientemente como documentação direta da realidade, também não convém tomá-la como não histórica ou não datável. O que tem de convenção e artifício é exatamente o mesmo que tem de produto histórico; o que significa enquanto ato de criação implica objeto ou efeito criado, de tal modo que seu aspecto mais formal e interno é ainda designação da história. As *Cartas Chilenas*, assim, são perfeitamente fidedignas em relação ao período histórico que constituem, e, por mim, não vejo mal em que lhes seja atribuído o predicado de “documento”. Isto, claro, bem esclarecido que o termo “documento”, após o nosso *tour* epistemológico, já não nomeia os mesmos processos históricos, nem sustenta as mesmas premissas de verdade: sejam as do idealismo romântico-positivista, sejam as do realismo psicológico ou sociológico, e nem mesmo as do “realismo maravilhoso” do cotidiano e da mentalidade. Trata-se aqui sobretudo de ressaltar a importância textual do “documento”, cujos enunciados persuasivos ou cujas condições persuasivas de enunciação geram esses efeitos de “presença” não textual. A não darmos atenção ao caso, temo que continuaremos a queimar os beiços árcades nesta batata quente literário-historiográfica.